

O ENSINO DE HISTÓRIA: OS ESTUDOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II DE ACORDO COM A LEI 11.645 DE 10 DE MARÇO DE 2008 E A BNCC

HISTORY TEACHING: INDIGENOUS POPULATION STUDIES IN ELEMENTARY EDUCATION II ACCORDING TO LAW 11.645 OF MARCH 10, 2008 AND THE BNCC

Erick de Brito Sampaio¹

Rozane Alonso Alves²

Eliane Regina Martins Batista³

Eulina Maria Leite Nogueira⁴

RESUMO

A Lei 11.645/2008 e a Base Nacional Comum Curricular buscam promover a inclusão das culturas afro-brasileira e indígena no ensino de História. A Lei 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade de ensinar essas culturas nas escolas brasileiras, corrigindo uma visão eurocêntrica da História. A BNCC complementa essa legislação ao buscar tratar das diretrizes pedagógicas para uma abordagem mais inclusiva. A análise do livro didático de História do 6º ano do ensino fundamental II “Superação” revela esforços significativos para refletir essas diretrizes, apresentando uma visão mais rica e diversificada das culturas indígenas e afro-brasileiras. No entanto, a implementação enfrenta desafios, como resistência à mudança e necessidade de formação contínua dos professores. Criar espaços de diálogo, estabelecer parcerias comunitárias e produzir materiais didáticos adequados são essenciais para superar essas dificuldades. A educação brasileira deve continuar avançando na valorização da diversidade cultural para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Reforma Educacional. Culturas Indígenas. História Afro-brasileira. Análise de livro didático.

¹ Especialista em Metodologia do Ensino de História (UNIASSELVI). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Humanidades (PPGECH). E-mail: eri_sam21@hotmail.com. Brasil ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-7209-0414>.

² Doutorada em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH. E-mail: rozanealonso@ufam.edu.br Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1401-5556>.

³ Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE Instituição: Universidade Federal do Amazonas (Ufam). E-mail: eliane_rm@ufam.edu.br. Brasil ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6018-7140>.

⁴ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015) e professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professora permanente do Programa Pós Graduação Mestrado em Ensino: Ciências e Humanidades. E-mail: eleite@ufam.edu.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

ABSTRACT

The Law 11.645/2008 and the National Common Curricular Base (BNCC) aim to promote the inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous cultures in History education. Law 11.645/2008 mandates the teaching of these cultures in Brazilian schools, correcting a Eurocentric view of History. The BNCC complements this legislation by providing pedagogical guidelines for a more inclusive approach. An analysis of the 6th grade History textbook

ok "Superação" reveals significant efforts to reflect these guidelines, presenting a richer and more diverse view of Indigenous and Afro-Brazilian cultures. However, implementation faces challenges such as resistance to change and the need for ongoing teacher training. Creating spaces for dialogue, establishing community partnerships, and producing appropriate teaching materials are essential to overcoming these difficulties. Brazilian education must continue advancing in valuing cultural diversity to build a more just and inclusive society.

Keywords/Palabras clave: Cultural Diversity. Education Reform. Indigenous Cultures. Afro-Brazilian History, textbook analysis.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem como um de seus principais desafios promover um currículo que reflita a riqueza e a diversidade cultural do país, reconhecendo e valorizando a história e a cultura de todas as suas populações. Neste contexto, a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) emergem como dispositivos fundamentais para garantir a inclusão de conteúdos que abordem a história e a cultura afro-brasileira e indígena, especialmente no Ensino Fundamental II.

A disciplina de História não apenas ensina sobre eventos passados, mas também ajuda os alunos a entenderem a construção das sociedades e as dinâmicas que moldaram o mundo contemporâneo. Ela desenvolve o pensamento crítico, permitindo que os estudantes analisem e questionem narrativas, compreendam contextos e identifiquem as continuidades e mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido, a História é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e ativos, capazes de participar de maneira informada e crítica na sociedade. Neste sentido Luís Fernando Cerri, orienta o seguinte:

A história ensinada serve para ajudar a criar identidades, mas serve principalmente para que as pessoas se reconheçam como sujeitos, como parte também de um coletivo, conheçam suas possibilidades e limitações de ação na história. Desta forma, serve também para questionar identidades inventadas, o que não deixa de ser um momento importante do processo de formação da consciência de classe. Hoje, sob

um regime democrático limitado, o ensino de história serve para estimular a participação dos indivíduos nas práticas da cidadania, convencer da importância do voto, da organização popular, dos partidos políticos (Cerri, 1999, p. 142).

A citação de Cerri ressalta a importância do ensino de História não apenas como uma ferramenta para a formação de identidades individuais e coletivas, mas também como um meio para desenvolver a consciência crítica e a participação cidadã. Em um regime democrático, o ensino de História pode ajudar os indivíduos a entender seu papel na sociedade, as possibilidades e limitações de sua ação e a importância da participação ativa em processos políticos, como o voto e a organização popular. Esse entendimento é crucial para fortalecer a democracia e promover um engajamento mais consciente e efetivo na vida pública.

Nessa compreensão a disciplina de História desempenha um papel crucial na formação crítica e cidadã dos alunos, fornecendo-lhes ferramentas para uma compreensão profunda das transformações sociais, políticas e culturais ao longo do tempo. No contexto brasileiro, caracterizado por uma vasta e rica diversidade cultural, é essencial que o currículo escolar expresse de maneira significativa essa pluralidade, incluindo as contribuições e histórias das populações indígenas. As políticas educacionais brasileiras, especialmente a Lei 11.645/2008 e a BNCC, são dispositivos fundamentais para garantir essa inclusão. Essas diretrizes promovem um ensino de História que valoriza e reconhece a diversidade cultural do país, combatendo preconceitos e estereótipos, e fomentando uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua rica herança cultural.

A efetivação dos direitos assegurados nesses dispositivos legais nas escolas brasileiras enfrenta diversos desafios, desde a formação de professores adequadamente capacitados até a produção de materiais didáticos que sejam autênticos e representativos. Além disso, há a necessidade de sensibilizar a comunidade escolar para a importância da valorização das culturas indígenas, combatendo preconceitos e estereótipos que ainda persistem na sociedade.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A efetivação da Lei 11.645/2008, que obriga a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, representa um avanço significativo na promoção de uma educação inclusiva e representativa no Brasil. Essa lei, uma evolução da

Lei 10.639/2003, corrige a invisibilização histórica de grupos marginalizados e se alinha com os princípios da BNCC, que orienta a educação básica a valorizar a diversidade cultural do país.

Desde a promulgação da Lei 11.645/2008, houve um esforço por parte das instituições educacionais em reformular seus currículos para incluir essas temáticas. O reconhecimento das contribuições afro-brasileiras e indígenas na formação da identidade nacional permite uma reavaliação crítica do passado e dos processos coloniais que marcaram a história do Brasil. Autores como Raquel da Silva Goularte e Karoline Rodrigues de Melo (2013) destacam a importância da legislação para ampliar o conhecimento e o intercâmbio cultural nas escolas, como abordado em seu estudo sobre os livros didáticos de Língua Portuguesa para o 6º ano. Esse foco fortalece a construção de uma identidade plural no país, combatendo estereótipos e promovendo uma compreensão mais justa das influências históricas de diferentes grupos.

Entretanto, o dia-a-dia da prática educacional enfrenta obstáculos diversos e significativos. Destes podemos elencar e destacar a formação docente inadequada e a falta de materiais didáticos apropriados é problema frequente, como destacado por Marcela Deyse Santos Araújo (2018). Este cenário pode ser constatado através do estágio supervisionado em que ficou evidenciado que os livros didáticos ainda apresentam uma cobertura limitada dessas culturas, muitas vezes reforçando estereótipos.

O ensino de História deve “contribuir para a construção da identidade dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte”, valorizando a diversidade cultural e a importância das diferentes sociedades (Brasil, 2017). No entanto, o processo de construção da BNCC foi criticado por seu caráter autoritário e opaco, conforme apontado por Callil (2015), o que levanta questões sobre a adequação das políticas educacionais às realidades e necessidades das escolas brasileiras.

Apesar dos avanços proporcionados pela Lei 11.645/2008 e pelas diretrizes da BNCC, para que ocorra de forma mais efetiva no ambiente escolar a implementação dessas normas depende de uma reformulação no processo educacional. A formação docente adequada, a produção de materiais didáticos representativos e a participação ativa dos profissionais da

educação na formulação dessas políticas são essenciais para garantir uma educação mais inclusiva e justa.

Avanços e desafios na implementação da lei 11.645/2008: inclusão da história e cultura dos indígenas no ensino história.

Houveram significativas mudanças no panorama da educação no que tange a perspectivas ligadas ao ensino de História e cultura afro-brasileira. Em grande parte estas alterações são decorrentes das leis 11.645/2008 e 10.639/2003 que possuem suas implementações discutidas Goularte e Melo (2013).

Nesse sentido, as autoras nos informam:

Na tentativa de promover o conhecimento e o intercâmbio cultural da história e da cultura de dois povos formadores da população brasileira, em 2003, foi promulgada a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Em seguida, em 2008, essa Lei é alterada para a Lei 11.645, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. (Goularte; Melo, 2013, p. 3)

Pelo exposto, em 2003, a promulgação da Lei 10.639 representou um marco significativo na educação brasileira ao introduzir a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Antes dessa lei, a presença das culturas afro-brasileira e indígena era notoriamente escassa e, muitas vezes, estereotipada ou distorcida nas escolas brasileiras e promover uma compreensão mais completa e justa da formação da identidade nacional.

A Lei 10.639 buscou atender a uma demanda social crescente por uma educação mais inclusiva e representativa. A presença da cultura afro-brasileira na educação não apenas honra as contribuições dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, mas também combate a marginalização e o preconceito que essas comunidades enfrentaram ao longo da história. Essa mudança foi essencial para valorizar e respeitar a diversidade étnica e cultural do país, refletindo a rica tapeçaria de influências que moldaram a nação.

Em 2008, a Lei 11.645 trouxe um avanço adicional ao expandir o foco da educação inclusiva para incluir a história e a cultura dos povos indígenas. Essa alteração foi crucial,

pois ampliou o compromisso do sistema educacional com a diversidade cultural, reconhecendo não apenas a importância da herança africana, mas também a rica e variada história dos povos indígenas. Ao incorporar ambos os elementos culturais, a lei buscou proporcionar uma visão mais abrangente e precisa da composição cultural do Brasil.

Entretanto, a implementação dessas leis enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de formação adequada para os professores e a criação de recursos educacionais que reflitam com precisão as histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. Sem um treinamento adequado e materiais didáticos apropriados, a implementação pode se tornar superficial, comprometendo o potencial educativo das leis.

A Lei 10.639 e a Lei 11.645 também têm um papel crucial na promoção da justiça social e na construção de uma identidade nacional inclusiva. Ao garantir que a história e a cultura de todos os grupos étnicos que contribuem para a formação do Brasil sejam ensinadas nas escolas, essas leis ajudam a promover uma maior compreensão e respeito entre diferentes grupos culturais e a combater preconceitos e estereótipos.

A presença de conteúdos afro-brasileiros e indígenas nos livros didáticos é essencial para essa transformação. Esses materiais têm a responsabilidade de oferecer uma narrativa inclusiva e justa, que reconheça a importância histórica, cultural e social desses grupos. Antes do surgimento da lei, os livros didáticos frequentemente ignoravam ou marginalizavam as contribuições desses grupos, reforçando preconceitos e exclusões.

Dessa forma, o estudo de Marcela Deyse Santos Araújo (2018) analisa a prática do ensino de história e cultura indígena nas escolas a partir das experiências de estágio supervisionado. A autora reflete sobre os desafios e as possibilidades dessa prática pedagógica, considerando a importância de uma formação docente que contemple a diversidade cultural e a valorização das culturas indígenas. A partir das reflexões da autora, temos:

As iniciativas governamentais para a formação continuada de professores nas temáticas relativas às culturas afro-brasileiras e indígenas ainda são insuficientes. Os recursos didáticos de que os professores dispõem para o ensino das histórias e culturas indígenas são ainda menores. Os livros didáticos dedicam pouca atenção a tais temáticas e em muitos casos, infelizmente, ainda reproduzem os estereótipos acima mencionados. Quanto aos livros e materiais “alternativos”, como aqueles produzidos por autores indígenas que se dirigem ao público infanto-juvenil, têm

circulação e divulgação muito limitadas e, em sua maioria, são desconhecidos pelos professores. (Araújo, 2018, p. 72)

Essa citação aponta para uma lacuna significativa na educação brasileira, especialmente no que se refere ao ensino das culturas afro-brasileira e indígena. A formação continuada de professores nessas áreas é essencial para garantir uma abordagem educativa mais inclusiva e respeitosa, mas ainda há insuficiência nas iniciativas governamentais. Isso resulta em uma carência de recursos didáticos adequados e em uma limitação na circulação e divulgação de materiais produzidos por autores indígenas.

A BNCC, o estudo das populações indígenas e o ensino de história.

A BNCC⁵ estabelece as diretrizes para a educação básica no Brasil, buscando garantir uma formação equitativa e abrangente para todos os alunos. No ensino dos conteúdos da disciplina escolar de História, esta normativa traz orientações importantes sobre o estudo das populações indígenas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e representativa.

É pertinente destacar que a BNCC começou seu processo de discussão em 2015, deixando de fora a disciplina de História, o que gerou várias críticas. Um documento com a inserção da disciplina de História foi desenvolvido em outubro de 2015. Depois, em 2016, com algumas modificações após uma discussão pública, o documento foi publicado, contudo, não sem receber críticas da comunidade acadêmica.

O processo de construção das Bases Nacionais vem sendo marcado pelo autoritarismo em todas suas fases, desde a indicação dos especialistas que redigiram a proposta sem qualquer explicitação dos critérios adotados para sua escolha até a forma de gestão da chamada 'consulta pública', cuja avaliação e incorporação das contribuições são feitas de modo inteiramente opaco e sem qualquer informação pública de seus responsáveis. (Callil, 2015, p. 39).

O processo de construção da base, conforme mencionado, tem sido marcado por características autoritárias desde suas fases iniciais. Esse autoritarismo se manifesta na escolha dos especialistas responsáveis pela elaboração das propostas, onde não há clareza quanto aos critérios utilizados para selecionar esses profissionais. A falta de transparência na

⁵ É um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Criada pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo assegurar uma educação de qualidade e igualitária (Brasil, 2017).

seleção desses especialistas levanta questões sobre a legitimidade e a representatividade das propostas desenvolvidas, o que pode afetar a qualidade e a adequação das diretrizes educacionais para a diversidade e a complexidade do sistema educacional brasileiro.

A opacidade na escolha dos especialistas cria um ambiente de desconfiança e ceticismo, tanto por parte dos profissionais da educação quanto da sociedade civil. Quando os critérios para a seleção desses especialistas não são divulgados, torna-se difícil avaliar se esses profissionais possuem a expertise e a experiência necessárias para abordar de forma adequada os desafios da educação. Esse processo, portanto, pode gerar críticas sobre a falta de legitimidade das decisões tomadas e sobre o impacto dessas decisões na prática educacional.

Além da falta de transparência na escolha dos especialistas, a gestão da consulta pública também apresenta problemas significativos. A consulta pública, que deveria ser um espaço de participação democrática e de envolvimento da comunidade na construção das Bases Nacionais, é muitas vezes gerida de maneira opaca. A ausência de informações claras sobre como as contribuições são avaliadas e incorporadas nas propostas finais compromete a eficácia desse processo participativo, prejudicando a confiança dos participantes e a legitimidade das diretrizes resultantes.

O autoritarismo na construção das Bases Nacionais pode resultar em um distanciamento entre as diretrizes estabelecidas e as necessidades reais das escolas e dos alunos. Se o processo é conduzido sem a devida participação e consulta àqueles que estão na linha de frente da educação, como professores e gestores escolares, as diretrizes podem não refletir as realidades e desafios enfrentados no dia a dia das instituições de ensino. Isso pode levar à formulação de políticas que não são práticas ou eficazes na prática educacional.

Além disso, a falta de transparência e a condução autoritária do processo podem levar a um sentimento de alienação entre os profissionais da educação. Quando esses profissionais não têm a oportunidade de participar ativamente da construção das diretrizes que afetam seu trabalho, eles podem se sentir desvalorizados e desmotivados. Isso pode afetar negativamente a efetividade das políticas e a qualidade da educação oferecida nas escolas.

A BNCC define que a História, enquanto disciplina escolar deve ser instrumento de fomento para o desenvolvimento da consciência da pluralidade identitária e cultural baseada

no reconhecimento e compreensão do desenvolvimento dos processos históricos e sociais bem como suas raízes e consequências (Brasil, 2017).

A construção de base deve ser um processo inclusivo e colaborativo para garantir que as diretrizes reflitam a diversidade de perspectivas e necessidades. A falta de abertura e de mecanismos claros de participação pode resultar em uma visão limitada e desatualizada das necessidades educacionais. Portanto, é essencial que haja um esforço para melhorar a transparência e a inclusão no processo de elaboração das diretrizes educacionais.

METODOLOGIA

O artigo em questão foi desenvolvido utilizando uma metodologia qualitativa, com ênfase em uma abordagem bibliográfica e de análise documental. A metodologia qualitativa se justifica pelo foco em interpretações e análises de documentos e textos, buscando compreender a maneira como as populações indígenas e a diversidade cultural são abordadas no ensino de História.

A metodologia qualitativa, neste caso, foi utilizada para permitir uma análise profunda e interpretativa do conteúdo do livro didático “Superação” e dos marcos legais e curriculares relevantes, como a Lei 11.645/2008 e a BNCC. O objetivo da pesquisa qualitativa foi investigar como as populações indígenas são representadas no material didático, além de examinar as abordagens pedagógicas sugeridas e se essas abordagens estão de acordo com as exigências legais e curriculares.

Optamos por uma abordagem que se espera trará um panorama qualitativo, que Conforme André (1995 p.81) “[...] ao optar por uma abordagem qualitativa o pesquisador tem ciência de que deve explicitar suas escolhas, seus valores, suas concepções, além disso, dentro dessa linha de pesquisa admite-se que não existe uma única forma de interpretação do real”.

Por meio dessa metodologia, foi possível interpretar não apenas os textos e seções do livro, mas também compreender os valores implícitos bem como as narrativas presentes nas representações históricas das populações indígenas. A pesquisa qualitativa proporcionou a base para discutir a efetividade do livro como instrumento de ensino no que tange à inclusão e à diversidade cultural, crucial para a formação cidadã dos alunos.

Na metodologia deste trabalho, adotou-se uma abordagem bibliográfica, que se fundamenta na análise de um conjunto de obras de referência que tratam diretamente dos temas centrais discutidos.

A obra de Almeida (2018), intitulada *Desafios e oportunidades na implementação da BNCC*, oferece uma análise detalhada sobre as dificuldades e as possibilidades enfrentadas pelos educadores na inserção dos parâmetros estabelecidos pela base. Este texto foi fundamental para compreender os desafios para se implementar um currículo inclusivo e diversificado, e como as diretrizes da BNCC podem ou não se alinhar com a proposta de inclusão das populações indígenas no ensino de História.

A abordagem etnográfica de André (1995), na obra *Etnografia de prática escolar*, foi central para compreender o impacto das diretrizes educacionais na prática cotidiana das escolas. A análise etnográfica foi essencial para refletir sobre como as temáticas relacionadas à cultura indígena são aplicadas no ambiente escolar e quais desafios são enfrentados pelos educadores ao incorporar as exigências da Lei 11.645/2008.

O artigo de Araújo (2018), *O ensino de história e cultura indígena na escola: reflexões a partir do estágio supervisionado* contribuíram para a análise de como as práticas pedagógicas ligadas à história e cultura indígena são vivenciadas nas escolas. A autora reflete a partir de sua própria experiência como estagiária, fornecendo um olhar prático sobre a aplicação da Lei 11.645/2008 e a efetividade de sua implementação.

A obra de Bachelard (1971), *A Epistemologia*, foi utilizada para fundamentar a construção do conhecimento histórico e pedagógico presente no artigo. Sua análise sobre as formas de construção científica do saber foi relevante para interpretar como a abordagem da história indígena no ensino pode se moldar de acordo com novas perspectivas historiográficas.

O artigo de Callil (2015), *Uma História para o conformismo e a exaltação patriótica: crítica à proposta de BNCC/História*, foi relevante para oferecer uma visão crítica da BNCC, apontando suas limitações e contradições, especialmente em relação à construção de uma narrativa histórica mais inclusiva e diversificada.

A obra de Carvalho (2019), *Ensino de História e diversidade cultural: a presença indígena*, foi central para entender a importância da diversidade cultural no ensino de História,

destacando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e crítica das culturas indígenas no currículo.

Cerri (1999), em sua obra *História e cidadania*, foi uma referência para discutir a importância da cidadania no ensino de História, em especial ao considerar a inclusão das histórias e culturas marginalizadas, como a indígena, na construção de uma educação voltada para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

O artigo de Goularte e Melo (2013), *A implementação da Lei 11.645/2008: análise de livros didáticos*, foi essencial para a análise crítica da forma como os livros didáticos tratam a inclusão das culturas indígenas, oferecendo uma visão sobre os avanços e desafios desde a promulgação da Lei.

O estudo de Santos (2020), *História e culturas indígenas: uma revisão crítica*, contribuiu com uma visão atualizada e crítica sobre como a história e as culturas indígenas são abordadas no ensino, destacando os desafios e avanços recentes nesse campo.

Essas obras, em conjunto, forneceram o embasamento teórico e metodológico para a análise proposta neste artigo, permitindo uma investigação aprofundada e crítica sobre a inclusão das culturas indígenas no ensino de História. Além da pesquisa bibliográfica, o artigo utilizou a análise documental, centrada na investigação do livro didático *Superação*. Essa análise visou correlacionar o conteúdo do livro com as exigências da Lei 11.645/2008 e da BNCC, destacando como as populações indígenas e a diversidade cultural são tratadas ao longo dos capítulos.

A análise documental foi uma parte crucial da metodologia, pois o objetivo central do artigo foi verificar como o livro didático trata das questões indígenas e se cumpre as diretrizes exigidas pela legislação e pela BNCC. Por meio dessa análise, foram identificados pontos-chave que indicam como o material didático contribui (ou não) para a desconstrução de narrativas eurocêntricas e a valorização das culturas indígenas.

Essa combinação de abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e análise documental permitiu uma investigação profunda e fundamentada do tema proposto. A metodologia utilizada proporcionou uma análise detalhada do livro didático em conformidade com as diretrizes legais e curriculares, permitindo concluir se as populações indígenas estão

devidamente representadas no ensino de História e de que forma isso contribui para a formação de uma educação mais inclusiva e plural.

A pesquisa possui caráter bibliográfico. Serão analisados os conteúdos relacionados as imagens dos índios. Também pesquisaremos em sites de internet, leituras em revistas especializadas, analisando a legislação (Lei 11.645/08) que orienta os currículos escolares sobre a igualdade de tratamentos para o povo indígena em relação ao negro e ao branco, raças responsáveis pela formação do povo brasileiro.

ANÁLISES E RESULTADOS

Para melhorar a educação sobre culturas afro-brasileiras e indígenas, é necessário adotar uma abordagem ampla que envolva diferentes aspectos da formação de professores, produção e disseminação de materiais didáticos, além de políticas públicas inclusivas e eficazes. A formação continuada dos docentes é um ponto de partida fundamental, pois muitos educadores não possuem uma formação inicial que aborde de maneira adequada as questões relacionadas às culturas afro-brasileiras e indígenas. Como aponta Almeida (2018), a capacitação dos educadores para ensinar sobre essas culturas de forma precisa e respeitosa é um desafio central. Isso exige investimentos em programas de formação continuada, que atualizem os professores sobre os temas, promovam discussões pedagógicas, e ofereçam ferramentas para trabalhar essas questões de maneira crítica e sensível nas salas de aula.

Além disso, a inclusão de materiais didáticos diversificados e representativos é outro elemento crucial para a transformação do ensino. A produção de recursos educacionais que reflitam com precisão as realidades das culturas indígenas e afro-brasileiras, como enfatiza Almeida (2018), é essencial para evitar a perpetuação de estereótipos e abordagens reducionistas. Materiais alternativos, como livros produzidos por autores indígenas e afro-brasileiros, têm um papel significativo nesse processo. Contudo, como mencionado por Carvalho (2019), esses materiais ainda enfrentam barreiras de circulação e divulgação, sendo muitas vezes subutilizados devido à sua limitada distribuição e à falta de visibilidade nos currículos escolares.

A BNCC, ao incluir a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas no currículo, oferece uma oportunidade importante para que essas práticas sejam

implementadas em nível nacional. No entanto, para que essa diretriz se torne realidade, é necessário que o investimento em recursos didáticos seja acompanhado de estratégias de distribuição e formação de professores, garantindo que o conteúdo seja ensinado de maneira significativa.

A desconstrução de narrativas coloniais e a promoção de uma maior compreensão intercultural. Como destacado por Santos (2020), o ensino dessas culturas ajuda a combater a marginalização e a invisibilização histórica, oferecendo aos estudantes uma visão mais equilibrada e justa da formação da identidade brasileira.

A Lei 11.645/2008 desempenha um papel crucial na construção de um sistema educacional mais inclusivo e plural, integrando de maneira mais equitativa a história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros. No entanto, para que seu impacto seja verdadeiramente transformador, é necessário um esforço contínuo e colaborativo entre governos, educadores e a sociedade civil, garantindo que as mudanças previstas na legislação se concretizem efetivamente nas salas de aula.

Para corrigir as falsas interpretações e representações dos povos indígenas na história, é necessário um esforço contínuo de desconstrução de estereótipos e uma abordagem comprometida com a promoção da diversidade e do respeito à pluralidade cultural (Feijó, 2014). Além disso são importantes políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e os direitos dos povos indígenas são essenciais para garantir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Tratar do ensino de História com enfoque nas questões relacionadas aos povos originários exige uma prática científica voltada para a desconstrução dos estereótipos sociais estabelecidos, subvertendo interpretações que minimizam a relevância desses povos no processo histórico-social. A filosofia científica, portanto, deve reformar o conhecimento não científico que impede o avanço do conhecimento científico (Bachelard, 1971, p. 26).

A BNCC oferece uma oportunidade valiosa para promover uma educação mais inclusiva e representativa. Ao integrar de forma adequada as culturas e histórias indígenas no currículo, há a possibilidade de construir um ambiente educacional que valorize a diversidade

e promova uma compreensão mais completa e justa da história e da cultura brasileira (Almeida, 2018, p. 136-138).

A implementação das diretrizes da BNCC pode facilitar parcerias com comunidades indígenas e organizações dedicadas à preservação e promoção das culturas indígenas. Essas parcerias podem enriquecer o currículo escolar, proporcionando aos alunos experiências mais diretas e autênticas com as culturas estudadas (Almeida, 2018, p. 139-141).

Historicamente, as populações indígenas foram frequentemente apresentadas através de estereótipos ou como elementos periféricos da história brasileira, o que contribuiu para sua marginalização e invisibilização no processo educativo. Essa omissão não só nega a complexidade e a importância das culturas indígenas, mas também perpetua a falta de reconhecimento das suas contribuições significativas para a sociedade brasileira (SANTOS, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como um esforço crucial para reverter essa situação. Ao incorporar diretrizes que exigem a inclusão das populações indígenas no currículo escolar, a BNCC busca corrigir a lacuna histórica e promover um ensino mais equilibrado e inclusivo. Assim, a BNCC representa um avanço significativo ao exigir que as escolas apresentem as populações indígenas de maneira mais justa e abrangente, destacando suas contribuições e reconhecendo a diversidade cultural como um elemento central na construção da identidade nacional (Brasil, 2017).

O ensino das populações indígenas, conforme orientações da BNCC, deve abordar diversos aspectos fundamentais para a compreensão abrangente dessas culturas. Entre os temas e conteúdos recomendados, destacam-se:

É essencial que os alunos compreendam a complexidade e a diversidade das estruturas sociais das diferentes etnias indígenas. Isso inclui o estudo das formas de organização política, social e econômica, que muitas vezes são distintas das estruturas ocidentais. A BNCC propõe que os conteúdos abordem as formas de liderança, os sistemas de justiça e as práticas comunitárias específicas (Carvalho, 2019, p. 45-47).

O currículo deve refletir a riqueza cultural das populações indígenas, abordando suas tradições, rituais, línguas e expressões artísticas. Esse foco não apenas enriquece o conhecimento dos alunos sobre a diversidade cultural, mas também ajuda a valorizar e

respeitar as práticas e tradições indígenas, promovendo uma visão mais holística e respeitosa dessas culturas (Carvalho, 2019, p. 48-50).

É crucial que o ensino de História explore o impacto da colonização europeia sobre as populações indígenas, incluindo as transformações forçadas nas estruturas sociais, culturais e econômicas dessas comunidades. A BNCC orienta que esse estudo deve incluir a análise das consequências da colonização, como a perda de terras, a imposição de novas formas de organização social e a marginalização cultural (Carvalho, 2019, p. 51-53).

A implementação das diretrizes da BNCC para o ensino das populações indígenas enfrenta vários desafios, mas também apresenta oportunidades significativas para aprimorar a educação. A capacitação dos educadores é um desafio crucial. A BNCC exige que os professores sejam capacitados para ensinar sobre essas culturas de forma precisa e respeitosa, o que requer programas de formação continuada e atualizações curriculares específicas (Almeida, 2018, p. 130-132).

Outro desafio significativo é a falta de materiais didáticos apropriados que representem adequadamente a diversidade cultural das populações indígenas. A produção de recursos educacionais que reflitam com precisão as culturas indígenas e que evitem estereótipos é fundamental para a implementação eficaz da BNCC (Almeida, 2018, p. 133-135).

A análise do livro didático "Superação" mostra que ele está alinhado com as diretrizes da Lei 11.645/2008 e da BNCC ao promover uma inclusão significativa das populações indígenas e ao oferecer uma visão diversificada e rica das contribuições históricas dessas sociedades. O material didático apresenta uma abordagem detalhada e respeitosa das culturas indígenas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e representativa.

A integração eficaz das diretrizes legais e curriculares pode enriquecer o ensino de História, proporcionando aos alunos uma compreensão mais completa e justa das diversas experiências e contribuições históricas. O livro "Superação" representa um avanço importante na construção de um currículo escolar que valoriza a diversidade cultural e histórica, cumprindo com os objetivos da Lei 11.645/2008 e da BNCC.

A BNCC para a área de História destaca a importância de estudar as sociedades indígenas antes e após a colonização, reconhecendo suas formas de organização social, cultural e política. Os alunos devem compreender os impactos da colonização sobre as populações indígenas e refletir sobre as resistências e adaptações dessas comunidades ao longo do tempo.

A inclusão das populações indígenas no ensino de história: análise do livro didático 'superação' em conformidade com a lei 11.645/2008 e a BNCC

Para analisar se o livro didático Superação História está de acordo com a Lei 11.645/2008 e a BNCC, é fundamental fazer uma leitura crítica que vá além de uma simples verificação de conteúdo. Precisamos correlacionar a estrutura e a abordagem do livro com as diretrizes que estabelecem a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, e verificar se essas orientações são realmente respeitadas e aplicadas de maneira eficiente e abrangente.

A Lei 11.645/2008 exige que as escolas promovam a inclusão das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, com o objetivo de valorizar as histórias e culturas marginalizadas. Isso implica que os livros didáticos, como o Superação História, devem ir além de uma abordagem pontual ou superficial.

Segundo Santos (2020), o ensino de História no Brasil tradicionalmente marginalizou essas culturas, apresentando-as muitas vezes de forma estereotipada. Assim, a análise do livro Superação História deve considerar se o material didático realmente combate esses estereótipos, conforme preconizam as diretrizes da BNCC.

Carvalho (2019) ressalta que uma das principais dificuldades na implementação da BNCC e da Lei 11.645/2008 é a produção e disseminação de materiais didáticos adequados. Portanto, ao analisar Superação História, é importante verificar se o livro realmente reflete a diversidade cultural de maneira equilibrada e respeitosa, sem limitar as culturas indígenas e afro-brasileiras a papéis passivos ou periféricos. O livro deveria, por exemplo, abordar os impactos da colonização sobre as populações indígenas, tal como orienta a BNCC, e discutir as transformações forçadas nas estruturas sociais e culturais dessas comunidades, incluindo a resistência indígena ao longo do tempo.

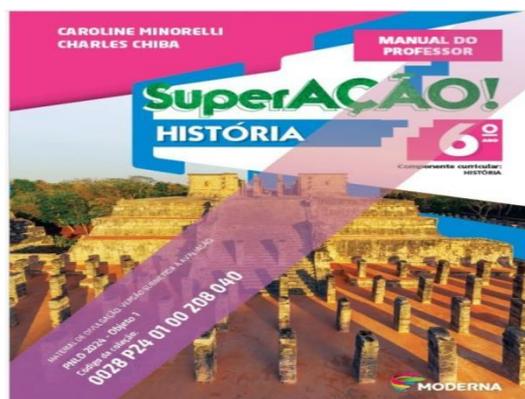
Outro ponto crucial na análise é observar a profundidade e a consistência com que o *Superação História* explora os temas indígenas e afro-brasileiros. Almeida (2018) destaca a importância da formação continuada de professores para garantir que temas sensíveis sejam abordados de forma correta e responsável.

Uma análise extensiva deve envolver um estudo capítulo a capítulo, correlacionando como cada conteúdo atende às diretrizes da BNCC e da Lei 11.645/2008. Isso inclui avaliar se o livro dedica espaço adequado para a diversidade cultural e histórica, sem relegar esses temas a capítulos isolados ou a seções de menor relevância. O tratamento das populações indígenas deve proporcionar uma análise mais crítica sobre sua participação histórica, suas lutas e contribuições à sociedade brasileira.

O livro *Superação História* busca atender às exigências legais e curriculares depende de sua capacidade de promover uma narrativa histórica inclusiva, crítica e que desafie visões tradicionais. Se o livro consegue retratar a história afro-brasileira e indígena de maneira integrada e profunda, ele estará em consonância com os objetivos da Lei 11.645/2008 e da BNCC, contribuindo para uma educação mais justa e plural.

No Capítulo 1, “História e Vida,” as seções “Conhecer e respeitar as diferentes culturas” e “Empatia e respeito” (Minorelli & Chiba, 2022, p. 18) são fundamentais para a formação de uma consciência histórica que valorize a diversidade. Esse foco está em consonância com as diretrizes da BNCC, que propõem um ensino que abranja múltiplas visões de mundo e culturas, incentivando os alunos a reconhecerem a importância do respeito e da empatia na construção do conhecimento histórico.

FIGURA 1 – Capa do livro



Fonte: Minorelli & Chiba (2022, p.1)

Carvalho (2019), que destaca a importância de combater visões estereotipadas. A BNCC também reforça essa ideia ao promover o reconhecimento das contribuições culturais diversas para a formação social do Brasil (Brasil, 2017, p. 58). Ao discutir a construção do conhecimento histórico com base em múltiplas fontes e perspectivas, o livro contribui para a desconstrução das narrativas eurocêntricas, que muitas vezes dominam os currículos tradicionais. Esta abordagem é indispensável para ampliar a compreensão dos alunos sobre a história de forma mais crítica e inclusiva (Minorelli & Chiba, 2022, p. 20).

No Capítulo 3, “A Origem dos Seres Humanos e os Antigos Povos da América” (Minorelli & Chiba, 2022, p. 45), o livro aborda a presença humana na América antes da chegada dos colonizadores europeus, oferecendo uma perspectiva histórica mais profunda sobre as sociedades indígenas pré-coloniais.

Como Almeida (2018) argumenta, a inclusão dessas histórias no ensino é um elemento essencial para desconstruir a ideia de que a história americana só começa com a chegada dos europeus. Assim, o livro desafia a narrativa tradicional de "descobrimto" e promove a valorização das contribuições indígenas ao longo da história (Minorelli & Chiba, 2022, p. 46).

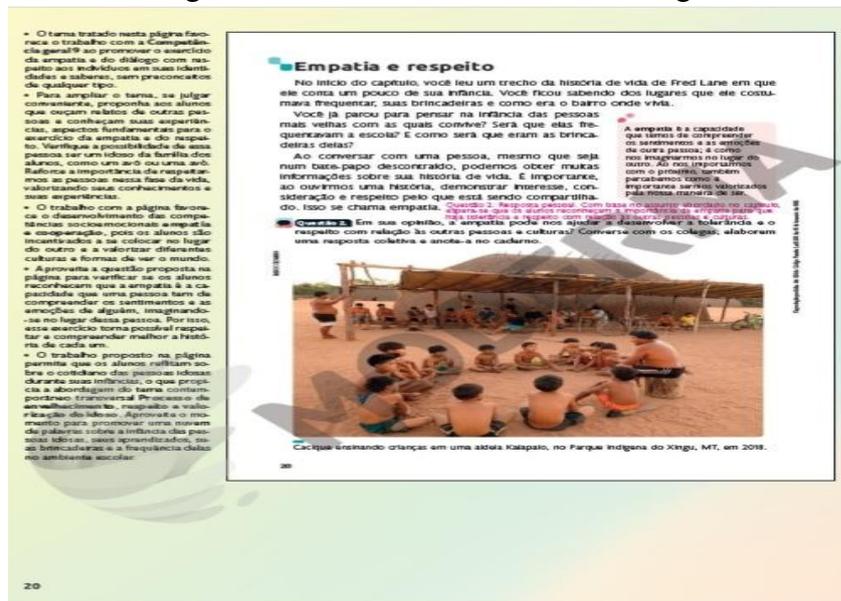
A abordagem de múltiplas hipóteses sobre a migração e a presença indígena na América revela o compromisso do livro com uma pesquisa acadêmica sólida e a constante atualização das narrativas históricas. Esta prática, conforme a BNCC, é vital para garantir que os estudantes tenham acesso a diversas perspectivas, enriquecendo sua compreensão da história (Brasil, 2017, p. 60). O Capítulo 4, “As Sociedades Indígenas do Brasil” (Minorelli & Chiba, 2022, p. 67), por sua vez, trata diretamente da diversidade das culturas indígenas no Brasil.. O capítulo oferece uma visão detalhada das práticas sociais e modos de vida de povos como os de Lagoa Santa, Umbu e Sambaquis, promovendo uma compreensão profunda e respeitosa das culturas indígenas.

A representação das sociedades indígenas no Brasil, apresentada no Capítulo 4, cumpre com a exigência de valorizar a riqueza e complexidade dessas culturas, algo que

Almeida (2018) considera crucial para combater a invisibilização das contribuições indígenas no processo histórico nacional. Ao reconhecer essas contribuições, o livro proporciona uma visão mais completa da história do Brasil, como exigido pelas diretrizes curriculares e legais (Minorelli & Chiba, 2022, p. 70).

No Capítulo 5, “Sociedades Indígenas da Mesoamérica e dos Andes” (Minorelli & Chiba, 2022, p. 89), o livro explora as civilizações maia, asteca e inca, destacando suas complexas estruturas sociais, sistemas de escrita e contribuições ao desenvolvimento histórico global. Essa abordagem está alinhada com a BNCC, que busca promover uma visão mais equilibrada da história mundial, desafiando as narrativas centradas na Europa e valorizando a diversidade cultural (Brasil, 2017, p. 62). Minorelli e Chiba (2022) reconhecem que valorizar as contribuições dessas civilizações indígenas ajuda a desconstruir o eurocentrismo, enfatizando que a história global deve reconhecer as realizações e a importância das culturas não europeias (p. 90).

Figura 2 – Retratando comunidades indígenas



Fonte: Minorelli & Chiba (2022, p.20)

O Capítulo 7, “África Antiga: Egito e Cuxe” (Minorelli; Chiba, 2022, p. 112), se destaca por incluir o Reino de Cuxe, que é frequentemente negligenciado nas narrativas tradicionais. A inclusão desse reino demonstra um compromisso em desafiar as narrativas

hegemônicas que excluem as contribuições africanas. O destaque dado a Cuxe, em interação com o Egito, promove uma visão mais inclusiva da história, abordando temas que Carvalho (2019) e Almeida (2018) defendem como essenciais para uma educação que respeite e valorize as múltiplas culturas (Minorelli; Chiba, 2022, p. 114).

O livro *Superação História* apresenta uma abordagem abrangente e inclusiva, alinhada tanto com a Lei 11.645/2008 quanto com a BNCC. Ele oferece uma representação diversificada e detalhada das culturas indígenas e africanas, promovendo uma visão histórica que valoriza a pluralidade e desafia as narrativas tradicionais eurocêntricas. A discussão sobre Cuxe pode ser vista como uma forma de contextualizar as culturas indígenas em um panorama histórico mais amplo, oferecendo uma compreensão mais rica e diversificada da história global.

No Capítulo 8, "África Antiga: Axum" (Minorelli; Chiba, 2022, p. 138), o livro aborda a civilização de Axum, destacando seus sítios arqueológicos e a difusão do cristianismo na região. A inclusão de Axum no material didático é significativa para uma compreensão mais ampla da história global, quebrando a predominância das narrativas eurocêntricas que historicamente negligenciaram a relevância das civilizações africanas no contexto mundial. Este enfoque está alinhado tanto com a BNCC quanto com a Lei 11.645/2008, que buscam valorizar as contribuições culturais e históricas de povos que foram, muitas vezes, marginalizados nas narrativas tradicionais de ensino (Brasil, 2017, p. 60; Carvalho, 2019, p. 51-53).

A valorização da civilização de Axum é essencial para a promoção de uma visão de história mais plural e inclusiva, de acordo com as diretrizes da BNCC, que incentivam o reconhecimento das contribuições de diferentes culturas no desenvolvimento histórico global (Brasil, 2017, p. 62). A abordagem adotada por Minorelli; Chiba (2022) em *Superação História* não apenas reconhece a complexidade cultural de Axum, mas também evidencia a importância de sua influência histórica, que vai além das fronteiras africanas, demonstrando como essa civilização desempenhou um papel fundamental no comércio e nas relações internacionais da antiguidade (p. 140). A presença do cristianismo em Axum, por exemplo, reflete um intercâmbio cultural e religioso que foi determinante para a formação de

identidades e tradições locais, reforçando a necessidade de incluir tais discussões nos currículos escolares.

Ao discutir a complexidade cultural de Axum, o livro reforça a importância de uma abordagem diversificada no ensino de história, promovendo a desconstrução das narrativas hegemônicas e favorecendo uma visão mais equilibrada e global. Esse tipo de abordagem, conforme defendido por Almeida (2018), é crucial para desafiar a predominância de visões históricas que muitas vezes ignoram as contribuições dos povos africanos e indígenas. Ao seguir as orientações da Lei 11.645/2008, *Superação História* contribui para o fortalecimento de uma educação que valoriza a diversidade e promove o respeito pelas múltiplas culturas que compõem a história global (Minorelli; Chiba, 2022, p. 142).

A análise dos capítulos de *Superação História* revela um compromisso significativo com a promoção de uma educação histórica mais inclusiva e diversificada, em consonância com as diretrizes da Lei 11.645/2008 e da BNCC. O livro reconhece e valoriza as contribuições das culturas indígenas, africanas e de outras civilizações não ocidentais, desafiando narrativas eurocêntricas tradicionais que, por muito tempo, dominaram o ensino de História no Brasil.

Seções como as que abordam Axum, as sociedades indígenas brasileiras e mesoamericanas demonstram uma clara intenção de apresentar a história de maneira plural, contemplando a complexidade e a riqueza das diversas culturas que compõem o passado global. Essa abordagem não só atende às exigências legais, mas também contribui para a formação de estudantes mais conscientes e respeitosos em relação à diversidade cultural e histórica. O enfoque na empatia e no respeito por diferentes culturas, além do uso de múltiplas perspectivas para a construção do conhecimento histórico, reforça a importância de uma educação que promova a justiça e a equidade.

Portanto, *Superação História* cumpre um papel crucial ao integrar a diversidade cultural de maneira substancial e respeitosa em suas discussões, fortalecendo o aprendizado dos alunos e contribuindo para uma visão mais inclusiva e crítica da história, em conformidade com as necessidades educacionais e sociais contemporâneas.

CONCLUSÕES

A Lei 11.645/2008 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) marcam um ponto crucial na história da educação brasileira, pois buscam corrigir e enriquecer o ensino da História com a inclusão das culturas afro-brasileira e indígena. O objetivo dessas normativas é promover uma educação mais inclusiva e representativa, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural do Brasil. Ao longo desta análise, foi possível observar tanto os avanços quanto os desafios relacionados à implementação dessas políticas no ensino de História, especificamente no contexto do livro didático "Superação".

O livro didático "Superação" foi analisado para verificar a sua conformidade com a Lei 11.645/2008 e as diretrizes da BNCC. Em diversos aspectos, "Superação" demonstra um esforço significativo para incorporar a história e a cultura das populações indígenas e afro-brasileiras. A obra apresenta uma abordagem que busca desconstruir narrativas simplistas e oferecer uma visão mais rica e diversificada da História.

A inclusão das narrativas afro-brasileiras também é um ponto positivo do livro. As contribuições das populações africanas na formação da sociedade brasileira são abordadas de maneira mais aprofundada, reconhecendo a importância das culturas africanas na configuração do Brasil contemporâneo. A presença de personagens e histórias afro-brasileiras contribui para uma compreensão mais ampla e mais justa da História do país.

Apesar dos avanços, a implementação efetiva da Lei 11.645/2008 e da BNCC enfrenta vários desafios. Um dos principais problemas é a resistência a mudanças por parte de alguns segmentos da sociedade e do sistema educacional. A mudança de paradigmas educacionais exige tempo e uma formação contínua dos professores para garantir que as novas diretrizes sejam aplicadas de forma eficaz.

A produção e a disponibilização de materiais didáticos adequados também são cruciais. Embora o livro "Superação" represente um avanço, ainda há uma necessidade contínua de recursos que abordem a história e a cultura de forma abrangente e precisa bem como a criação de espaços de diálogo dentro das escolas para discutir e refletir e promover atividades que envolvam a participação de membros das comunidades indígenas e afro-brasileiras, bem

como a promoção de debates e projetos interdisciplinares, são estratégias eficazes para enriquecer o aprendizado.

A Lei 11.645/2008 e a BNCC representam passos importantes para uma educação mais inclusiva e representativa. O livro didático "Superação" demonstra um avanço significativo na direção certa, oferecendo uma abordagem mais rica e diversificada da História. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios que requerem um esforço contínuo e colaborativo de todos os envolvidos no sistema educacional.

É fundamental que a educação brasileira continue avançando na valorização das culturas afro-brasileira e indígena, promovendo um ambiente de aprendizado que reflita a riqueza e a complexidade da história e da cultura do país. Somente com um compromisso verdadeiro e ações concretas será possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça e celebre a diversidade cultural como uma parte essencial de sua identidade nacional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao programa PPGECH-2024 da UFAM/IEAA de Humaitá por possibilitar o aprimoramento e desenvolvimento no meio acadêmico. Igualmente a professora orientadora Prof.^a Dr.^a Rozane Alonso Alves por me acompanhar e orientar de forma tão atenciosa e humana. Também registrar nossos agradecimentos aos professores, doutor Renato Abreu, doutora Eliane Regina e doutora Eulina Nogueira que conjuntamente conduziram de forma impecável a disciplina de Pesquisa em Educação da qual este trabalho é fruto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. M. Desafios e oportunidades na implementação da BNCC. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 1, p. 123-145, 2018.

ANDRÉ, M. E. D. de. **Etnografia de prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ARAÚJO, Marcela Deyse Santos. O ensino de história e cultura indígena na escola: reflexões a partir do estágio supervisionado. **Das Amazônias/ Revista discente de História da UFAC**, v. 1, n. 1, 2018.

BACHELARD, G. **A Epistemologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 abril. 2024.

CALLIL, Gilberto. Uma história para o conformismo e a exaltação patriótica: **crítica à proposta de BNCC/História**. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 39-46, jul./dez. 2015.

CARVALHO, J. P. Ensino de História e diversidade cultural: a presença indígena. In: OLIVEIRA, L. (Org.). **Educação e diversidade cultural**. São Paulo: Editora Educação, 2019. p. 45-53.

CERRI, L. F. **História e cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

FEIJO, R. **A filosofia e a construção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2014.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULARTE, R. da S.; MELO, K. R. de. A implementação da Lei 11.645/2008: análise de livros didáticos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 1, p. 3-22, 2013.

LAKATOS, E. Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINORELLI, C.; CHIBA, C. **História Superação**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2022.

SANTOS, M. História e culturas indígenas: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 2, p. 75-95, 2020.

Autoria:

Autor 1:

Nome Erick de Brito Sampaio

Mestrando do Programa de Pós-Graduação no Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas, é licenciado em História e Pós-Graduado em Metodologias no Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, atua como professor na Secretaria Estadual de Educação do Amazonas.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: eri_sam21@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7209-0414>.

País: Brasil

Autor 2:

Nome Rozane Alonso Alves

Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco, é formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia e mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é docente na Universidade Federal do Amazonas atuando na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-graduação em Ciências e Humanidades

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: rozanealonso@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1401-5556>

País: Brasil

Autor 3:

Nome Eliane Regina Martins Batista

Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE e Professora Adjunta no curso de Pedagogia no IEAA da Universidade Federal do Amazonas

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: eliane_rm@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6018-7140>

País: Brasil

Nome: Eulina Maria Leite Nogueira

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas, possui experiência na Educação, com ênfase nas seguintes áreas: Formação de Professores, Políticas Públicas, Educação do Campo, Educação Indígena e Diversidade Cultural. Credenciada no Programa de Pós Graduação Mestrado em Ensino: Ciências e Humanidades.

E-mail: eleite@ufam.edu.br.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

País: Brasil.